

# Novo curso de Segundo Grau entrará em vigor em 98

Ministro garante que há tempo de sobra para discutir proposta, que só depende dos conselhos de Educação e das escolas

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. O estudante que entrar no Segundo Grau em 1998 já poderá, se quiser, fazer o curso com base no novo modelo apresentado pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. A proposta, que será levada hoje ao Conselho Federal de Educação, estará pronta para discussão nos estados em agosto. A partir daí, só dependerá da agilidade dos conselhos estaduais e das escolas. Segundo o ministro, há tempo de sobra para implementar a mudança em 1998.

— Uma das maiores preocupações desse projeto é tentar reverter o desinteresse dos alunos de Segundo Grau pelos estudos. O índice de repetência está alto e, pelos dados que temos, a tendência é aumentar. Essa nova fórmula é um passo para tentar reverter isso — disse Paulo Renato.

O ministro disse que uma for-

ma de viabilizar os custos é a assinatura de convênios para os cursos opcionais.

— Uma escola que ofereça opção na área da computação poderá fazer convênio com um curso de informática — explicou.

Paulo Renato ressaltou que os alunos não precisarão optar no início do curso.

— Eles poderão ir mudando de opção ao longo do curso. Tudo que fizerem vai contar como crédito no número de horas para a conclusão do curso — afirmou.

## Um dos objetivos é atender às aspirações dos jovens

O ministro ressaltou que outro objetivo é aumentar as opções, para atender melhor às aspirações de carreira dos jovens.

— Verificamos que o nível de aprendizagem dos alunos do Segundo Grau é muito baixo. A

quantidade de conhecimento que se acrescenta no Segundo Grau é muito pequena. A reforma visa a garantir o objetivo do Segundo Grau, que é a educação geral, mas de outro lado permitir que o aluno possa dar continuidade à sua vida, na universidade e no mercado de trabalho — disse.

O dado que acendeu a luz vermelha do MEC foi a manutenção do índice de repetência. Em 93/94, a taxa foi de 36% e os dados de 95 e 96 mostraram que não houve muita mudança: 34%. A taxa de evasão escolar, que era de 8% em 1994, aumentou para 10%, enquanto a aprovação dos alunos se manteve em 56%.

— Essas taxas são muito altas. Não podemos continuar nesses patamares — disse o ministro.

Antes de propor o que considera uma revolução no currículo de Segundo Grau, Paulo Renato pe-

diu aos técnicos do ministério que estudassem como o curso é desenvolvido em outros países. As informações que chegaram não foram animadoras. Descobriu-se que o Segundo Grau é um problema em todo o mundo e que as propostas são poucas.

— Quem quiser optar pelo atual sistema poderá fazê-lo sem problemas. Não vamos obrigar a fazer uma escolha definitiva. Nossa intenção é dar a oportunidade de experimentar — disse.

## Outra vantagem é acabar com "estudantes profissionais"

Paulo Renato acha que o projeto ajudará também a acabar com os "estudantes profissionais de universidades", que passam para um curso mas não sabem o que querem e ficam anos perdidos em busca de profissão.

— Agora, eles terão a oportuni-

dade de fazer isso no Segundo Grau — disse o ministro.

Estados e municípios serão os principais responsáveis pelo sucesso das disciplinas. O alerta é do professor Márcio Pochmann, do Centro de Estudos e Economia do Trabalho da Unicamp. Segundo ele, governos e prefeituras precisarão ter visão de futuro para garantir um currículo profissionalizante adequado.

— Até agora, o Brasil deixou para as universidades a tarefa de preparar as pessoas para o mercado de trabalho. A iniciativa de profissionalizar no Segundo Grau é muito positiva, mas a implantação é difícil — disse Pochmann.

O professor lembrou que o ensino de Segundo Grau sempre foi relegado a segundo plano, porque o Primeiro Grau e as universidades são considerados mais importantes. Para ele, o proble-

ma será acertar na escolha das disciplinas, já que a movimentação do mercado de trabalho dá sinais opostos às orientações.

— Ao mesmo tempo em se incita a população a estudar, o que se vê é uma expansão da oferta de empregos nas áreas que não necessitam disso, como limpeza, segurança e transporte. Outro indicador contraditório é a ida de empresas para o Nordeste, onde a mão-de-obra é menos qualificada — afirmou o professor.

## Especialista acha que Governo federal está mais preparado

Para Pochmann, quem detém o maior número de informações sobre o desenvolvimento econômico e o rumo do mercado de trabalho é o Governo federal.

— O risco de governos estaduais e municipais errarem é muito grande — advertiu. ■